



## Revisão / Review

**JOBSON, Adrian, KERSEY, Harriet e McKELVIE, Gordon (ed.) –  
*Rebellion in Medieval Europe c.1000-c.1500*. Woodbridge: The  
Boydell Press, 2025, 396 pp.**

***João Nisa***

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras  
3004-531 Coimbra, Portugal

[jnisa@fl.uc.pt](mailto:jnisa@fl.uc.pt)

<https://orcid.org/0000-0001-7698-7567>

Data recepção do artigo / Received for publication: 23 de Dezembro de 2025

**DOI:** <https://doi.org/10.34619/zm9c-vde7>



O cronista Rui de Pina, na *Crónica de D. Afonso V*, não hesita em referir que o infante D. Pedro “cairia em caso de rebelião e desobediência, contra quem a indignação d’el-rei em tal caso pareceria justa e de mais razão”, se rejeitasse o pedido do monarca, seu sobrinho, relativamente à entrega das armas que teria no seu armazém, na cidade de Coimbra<sup>1</sup>. Esta afirmação encerra, desde logo, dois elementos importantes relativamente às rebeliões medievais: a sua utilização como instrumento de pressão política e, por outro lado, a justificação legal do uso da violência como meio de reposição da ordem natural do *status*, isto é, a correção da transgressão.

Seguindo esta linha de pensamento, o livro *Rebellion in Medieval Europe (c.1000-c.1500)*, editado por Adrian Jobson, Harriet Kersey e Gordon McKelvie, reúne todos os condimentos necessários para que seja considerada como uma obra de referência neste domínio, uma vez que consegue discutir e analisar, com profundidade, este fenómeno. Trata-se de uma obra coletiva que conta com 15 contribuições, com a particularidade de cada uma delas se focar num determinado estudo de caso, inserido numa cronologia concreta. Para além disso, joga a seu favor um ponto que nos parece ser de extrema importância: a diversidade geográfica. Contrariamente ao que sucede com outras obras do género, existiu uma clara opção por parte dos editores em incluir realidades que, de uma maneira geral, não costumam fazer parte deste tipo de estudos. Tal facto só valoriza as reflexões vertidas na introdução, uma vez que conseguimos ter uma leitura global do tema, desde a Península Ibérica, com os casos de Portugal e Castela, até à Escandinávia, onde se analisa o caso sueco.

Antes de entrar na discussão dos capítulos, importa mencionar que a introdução deste livro constitui, *per se*, uma abordagem teórica muito bem fundamentada sobre este assunto. Pode constituir um bom ponto de partida para todos os investigadores que, no futuro, pretendam enveredar pelo estudo das revoltas e rebeliões na Idade Média. De uma forma clara, objetiva e rigorosa, consegue, simultaneamente, apresentar os textos dos autores que participam no volume e discutir uma série de

---

<sup>1</sup> PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina*. Ed. Thomas Earle. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024, cap. 96, p. 299.

questões terminológicas e conceptuais, como sejam a definição de rebelião, a sua utilização por parte dos agentes políticos medievais, as suas causas, a forma como algumas manifestações obtiveram sucesso, ou, por oposição, qual foi o castigo dos rebeldes cujos intentos não lograram o desfecho pretendido. Tudo isto tem um enquadramento historiográfico muito bem delineado, suportado por extensa bibliografia, que se encontra atualizada.

O primeiro capítulo, da autoria de Björn Weiler, aborda a forma como a dignidade real era encarada como um contracto estabelecido entre o monarca e os seus súbditos, uma ideia que surgiu na Europa antes do séc. XIII. Através desse pacto, assumia-se que o vínculo entre as duas partes era um caminho de dois sentidos, sustentando a relação entre elas e servindo como fio condutor da mesma. Logo, quando se verificava que existia um incumprimento, por parte do rei, a rebelião, e consequente revolta armada contra o poder régio, era encarada como legítima. Um bom exemplo desta situação é ilustrado, por exemplo, com a eclosão da Guerra dos Barões (1215), em Inglaterra, precipitada pelo incumprimento, por parte de João *Sem Terra*, dos termos acordados na *Magna Carta*.

Em seguida, Philippa Byrne discute como a multiculturalidade da Sicília do séc. XII, com os seus diferentes aspetos políticos, sociais e culturais ajudou a moldar a normativa no que às rebeliões diz respeito. Ainda assim, e levando em linha de conta que as fontes para este período são escassas, a autora conclui que os discursos públicos assumiram uma importância fundamental, nos quais se exaltavam os ideais políticos, os modelos de boa governação e a invocação de virtudes, ou mesmo críticas, em relação ao incumprimento de deveres. No fundo, estabelece padrões de comportamento entre o rei normando e os barões locais, procurando elementos que ajudem a compreender como os nobres da região tentaram combater as políticas centralizadoras levadas a cabo pelo monarca.

O caso seguinte, apresentado por Charlotte Pickard, analisa os conflitos entre Filipe II de França (r. 1179-1223) e a nobreza do seu reino. A investigadora demonstra, através de uma série de exemplos (conflitos com a família materna e com o conde da Flandres e a questão relativa ao condado de Champagne), como o rei procurou, desde o início do seu reinado, demonstrar que não toleraria qualquer tipo de

intrusão na sua forma de governação, quer fosse proveniente da sua família ou do círculo nobiliárquico. Por outro lado, ao intervir em disputas *inter pares*, o favor régio ajudou a desnivelar o prato da balança em benefício de uma das partes. Não era, contudo, a única ferramenta à disposição da nobreza, que recorria ainda, também à diplomacia, aos acordos entre nobres, ao apoio eclesiástico, ao clientelismo, e, claro está, à violência, como forma de navegar a complexa teia de poderes que envolvia o rei e os seus súbditos mais poderosos.

O quarto capítulo, da responsabilidade de Martin Kaufhold, arrasta-nos para o intrincado cenário político do Sacro Império Romano-Germânico. Esta realidade política, que abarcava vários atores poderosos – o imperador, o papa, o rei e os príncipes alemães – continha todos os ingredientes para episódios de rebelião, a diversas escalas. Nas deposições de Adolfo de Nassau e de Venceslau IV, rei da Boémia e *Rex Romanorum*, são visíveis os jogos de interesse que se moviam neste tabuleiro. No segundo caso, os eleitores recearam que os seus direitos estivessem a ser postos em causa, começando a discutir a possibilidade de eleger um novo rei. Assim, em 1400, e após o rei faltar à dieta convocada para Frankfurt Am Main, decidiu-se como justificada a sua deposição, uma vez que tinha negligenciado os seus deveres como rei. Ou seja, tornou-se um *rex inutilis*.

Harriet Kersey aborda, no seu capítulo, uma questão bastante interessante, relacionada com o papel assumido pelas mulheres nobres durante as rebeliões, tendo como cenário a Inglaterra do séc. XIII, um período bastante tumultuoso, particularmente durante os reinados de João *Sem Terra*, Henrique III e Eduardo I. A autora demonstra que, contrariamente ao que foi sugerido por alguns investigadores, as mulheres não se limitaram a ser simples espetadoras durante os vários episódios de rebelião<sup>2</sup>. Num ambiente dominado pelos homens, as mulheres tiveram uma participação ativa durante os conflitos, atuando como defensoras de fortalezas em diversas situações. Veja-se o caso de Nicholaa de la Haye, que impediu a tomada do castelo de Lincoln em duas ocasiões, repelindo as forças rebeldes. Este texto vai ao encontro de vários trabalhos que têm sublinhado que a relação entre a

---

<sup>2</sup> HARWOOD, Sophie – *Medieval Women and War. Female Roles in the Old French Tradition*. Londres: Bloomsbury, 2020, pp. 2-4.

mulher e a guerra não era tão estranha como havia sido sugerido por alguma historiografia<sup>3</sup>.

O capítulo seguinte, da responsabilidade de David Stephenson, analisa as revoltas galesas de 1294-95, ocorridas durante o reinado de Eduardo I. Neste caso, e embora o monarca inglês tenha contido a rebelião, com sucesso, ficou demonstrado que seria impossível travar uma nova guerra, uma vez que esta se afigurava como extremamente dispendiosa para os cofres da Coroa (cerca de 55000 libras). Este facto forçou o rei de Inglaterra a assumir uma posição diferente em relação à administração daquele território. Por outras palavras, podemos afirmar que a rebelião serviu para que os vencidos conseguissem participar, mais ativamente, na governação de Gales, embora não seja evidente que as várias rebeliões tenham sido encaradas como um movimento concertado.

Em seguida, Diana Martins analisa a rebelião do príncipe herdeiro, D. Afonso (futuro D. Afonso IV), contra o seu pai, o rei D. Dinis, que teve lugar entre 1317 e 1324. A autora considera que a revolta foi o resultado de tensões políticas, sociais e institucionais. Ambas as partes esgrimiram argumentos, procurando assinalar a justiça da sua causa. O infante apresentou como justificações a injustiça régia, o que considerava ser o favoritismo do seu pai em relação a Afonso Sanches, seu meio-irmão, e que poderia constituir uma ameaça à sua sucessão, enquanto herdeiro ao trono de Portugal. Para lograr os seus objetivos, o infante Afonso adaptou a sua posição consoante o desenrolar dos acontecimentos, tentando recrutar apoios para a sua causa, tanto no reino, como no estrangeiro<sup>4</sup>. O monarca rebateu as acusações recorrendo a inquéritos, e, sobretudo, a manifestos públicos, defendendo a soberania da autoridade régia. Este relevante estudo de caso, que aborda a realidade portuguesa, constitui uma novidade pela forma crítica e metódica como examina

---

<sup>3</sup> Sobre este assunto veja-se, por exemplo, o recente volume coordenado por RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos – *Mujer y Guerra en la Edad Media. El liderazgo militar femenino en la Península Ibérica y el ámbito mediterráneo*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2023. E, para o caso italiano, SALOMONI, David – *Leonesse. Le guerriere del Rinascimento*. Bari-Roma: Editori Laterza, 2024.

<sup>4</sup> A mesma autora aborda parte deste problema, sob outra perspetiva, em MARTINS, Diana – “De l'obéissance à la révolte? L'Action diplomatique d'Alphonse, prince héritier de Denis du Portugal (1291-1325)”. *Medievalista* 36 (2024), pp. 213-219.

esta questão bastante labiríntica, que conjuga a justiça, as estratégias diplomáticas e os interesses dinásticos.

Continuando pelos reinos ibéricos, Fernando Arias Guillén, um profundo conhecedor do reinado de Afonso XI de Castela (1312-1350)<sup>5</sup>, observa a forma como a rebeldia e a traição foram juridicamente definidas durante a governação deste monarca. Através de uma extensa e detalhada análise de vários episódios, estuda os processos e a punição dos traidores, traçando aquilo que se pode considerar como a construção da imagem do traidor. A *Crónica de Alfonso XI* contribuiu para esta conceção, visto que a execução de nobres, fossem eles de baixa ou de alta condição, era plenamente justificável à luz do crime de traição, merecedor de pena capital. Por outro lado, devemos enquadrar estes processos na conduta política do monarca, que visava controlar a sua nobreza, num momento em que os seus elementos mantinham fortalezas importantes, o que podia ser visto como uma ameaça ao poder régio. Assim, a violência surgia como uma medida de dissuasão na relação entre o rei e os seus vassallos.

Milan Pajic apresenta um estudo sobre as rebeliões urbanas na Flandres (1323-1328), nomeadamente nas cidades de Bruges e Ypres, lugares que procuraram resistir ao controlo feudal. Neste texto, explora situações como a tomada de reféns e o exílio, elementos que faziam parte da dinâmica rebelde. Embora inicialmente bem-sucedidas, as rebeliões foram esmagadas, com sucesso, após a derrota na batalha de Cassel (1328), frente a um exército combinado comandado por Filipe VI, rei de França<sup>6</sup>. Isto levou a que muitos dos derrotados tivessem de residir em França, como reféns ou exilados. Este processo visou, acima de tudo, os mesteirais ligados aos têxteis, não só porque haviam sido os líderes da rebelião, mas também para enfraquecer a economia das cidades e, de algum modo, reduzir o sentimento antifrancês. Todavia, não obteve os resultados pretendidos. Os artesãos conseguiram reagrupar-se e, quando regressaram à Flandres, anos mais tarde, voltaram a participar em novas rebeliões.

---

<sup>5</sup> ARIAS GUILLÉN, Fernando – *Guerra y fortalecimiento del poder regio en Castilla. El reinado de Alfonso XI (1312-1350)*. Madrid: CSIC, 2012.

<sup>6</sup> DEVRIES, Kelly – *Infantry Warfare in the early fourteenth century*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006, pp. 100-111.

No que diz respeito ao caso sueco, Kim Bergqvist avalia a importância da propaganda, sob a forma de alegorias e sátiras, como meio para desafiar e criticar os monarcas na Suécia do séc. XIV. Embora possuam um teor marcadamente cómico, o grande objetivo das sátiras passava pela crítica social, usando artifícios como a ironia e a paródia, que chamavam a atenção para assuntos relevantes, através da mobilização de estados emocionais. Mas a linguagem destas composições, aristocrática e poética, terá contribuído para o fracasso do objetivo principal, que passava por agitar os estratos menos favorecidos da sociedade sueca. Também se mostra que a comunicação política, que muitas vezes se julga exclusiva do homem contemporâneo, era utilizada como ferramenta na legitimação, ou condenação, de uma rebelião.

Daniel Gneckow examina a Guerra das Cidades (*Städtekrieg*) entre os centros urbanos e os nobres do sul da Alemanha, entre 1387 e 1389. Discute se este conflito pode ser considerado como uma rebelião, ou se, em alternativa, se trata apenas de uma mera disputa de cariz interurbano. Conclui que a *Städtekrieg* foi um ato de rebelião, levado a cabo pelos príncipes contra o rei Venceslau. O que, de início, parecia um embate de pequenas dimensões, depressa mudou a sua natureza, envolvendo as ligas de cidades do Reno e da Suábia, bem como muitos nobres oriundos da parte sudoeste do Império. Estas ligas de cidades, criadas para prevenir as ameaças contra direitos cívicos dos seus cidadãos, promover a autonomia das suas urbes e salvaguardar a sua posição legal dentro do Império, tornaram-se elas próprias um perigo para os interesses da dinastia dos Luxemburgo, que procurava dominar a liga. No final, o rei Venceslau surgiu como moderador deste conflito, conseguindo realizar o seu intento inicial, a dissolução das ligas das cidades.

As alianças e as rebeliões políticas na Escócia dos séc. XIV-XV são alvo de análise por parte de Gordon McKelvie. O autor refere que os laços feudais entre os vários intervenientes moldaram a resistência durante os diversos episódios estudados. Os cinco casos abordados neste capítulo refletem as várias estratégias utilizadas, para unir os rebeldes, em torno de uma causa comum, onde o registo documental, sob a forma de contrato, servia como garantia para o cumprimento do compromisso previamente assumido. Menciona ainda a Declaração de Arbroath (1320) como um bom exemplo de propaganda. Neste documento, destinado a apoiar a causa de

Roberto Bruce, pretendente ao trono escocês, apresentava-se Eduardo I de Inglaterra como um agressor, que havia chegado à Escócia como um amigo e aliado, mas que prontamente se dedicara a cometer todo o tipo de crimes, como o homicídio e o ataque a instituições religiosas.

Michael Hicks, um dos historiadores que mais se tem dedicado ao estudo da Guerra das Duas Rosas<sup>7</sup>, discute como a propaganda política foi instrumentalizada durante o conflito. A desinformação, sob a forma de manifestos, listagens de artigos – que depois eram distribuídos ou proclamados –, rumores, calúnias e versos, era disseminada por rebeldes e conspiradores. Ainda assim, a melhor forma de propaganda parece ter sido a exploração de informação que era do domínio público, fomentando diferenças já existentes e preconceitos que se encontravam plenamente enraizados no público-alvo. Ou seja, tratava-se de uma tentativa de moldar a opinião pública, tirando proveito da discórdia que podia motivar, suficiente para granjear apoios numa Inglaterra que se encontrava dividida entre os partidários da Casa de York e os partidários da Casa de Lancastre.

A rebelião que eclodiu em 1471, contra Matias Corvino, constitui o foco da reflexão de Tamás Pálosfalvi. Um monarca de grande reputação, foi o primeiro governante da Hungria a não ser proveniente da nobreza, fruto da fama granjeada pelo seu pai, János Hunyadi, um dos campeões da cristandade contra os otomanos<sup>8</sup>. Não obstante, viria a enfrentar uma conspiração que o pretendia afastar do trono da Boémia, encabeçada pelo arcebispo de Esztergom e outros prelados e nobres húngaros, que chegara a enviar uma embaixada a Praga, sugerindo que a escolha devia recair sobre o filho mais velho do rei da Polónia. Neste capítulo, o autor faz um breve resumo sobre os aspetos conhecidos acerca desta conspiração e a forma como o rei suprimiu a mesma. Em seguida, identifica as causas e as possíveis motivações dos líderes da revolta.

Por fim, o derradeiro capítulo desta obra, a cargo de Simon Egan, investiga as rebeliões de condes e outros nobres, na Irlanda do séc. XV. Contesta o ponto de vista

---

<sup>7</sup> As suas contribuições têm sido bastante numerosas, sobre vários aspetos do conflito. Destacamos, por todas, a obra HICKS, Michael – *The Wars of the Roses*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2012.

<sup>8</sup> ENGEL, Pál – *The Realm of St. Stephen*. Londres/Nova Iorque: I.B. Tauris, 2001, pp. 278-297.

veiculado tradicionalmente pela historiografia, segundo o qual a relação entre os *earls* de Kildare e os Tudor era vista sob uma perspectiva anglo-cêntrica. Explora, ainda, as ligações entre as várias famílias como fator de influência junto dos centros de decisão, dando como exemplo o caso dos FitzGerald, em finais da década de 70 e inícios da década de 80 do séc. XV.

De um modo geral, a obra traça um quadro multifacetado da rebelião medieval, não como um fenómeno isolado, ou esporádico, mas sim como expressão das relações de poder, legitimidade, retórica política e negociação entre as várias esferas da sociedade medieval. A diversidade geográfica, aqui apresentada, serve como importante ponto de união que, ao invés de afastar, aproxima as várias realidades discutidas, sendo possível encontrar muitos aspetos comuns entre elas. Para além disso, o volume tem auxiliares importantes para o leitor, destacando-se o índice remissivo, bastante completo, os mapas e, sobretudo, as tabelas, apresentadas por Diana Martins e Michael Hicks, que ajudam a sistematizar a informação trabalhada nos respetivos textos. Por tudo o que acabámos de referir, este livro será de leitura obrigatória, a incluir em qualquer estudo que se pretenda fazer sobre as revoltas e as rebeliões medievais.

## Referências bibliográficas / Bibliographical references

### Fontes / Sources

#### Fontes impressas / Printed sources

PINA, Rui de – *Crónica de D. Afonso V de Rui de Pina*. Ed. Thomas Earle. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024.

### Estudos / Studies

ARIAS GUILLÉN, Fernando – *Guerra y fortalecimiento del poder regio en Castilla. El reinado de Alfonso XI (1312-1350)*. Madrid: CSIC, 2012.

DEVRIES, Kelly – *Infantry Warfare in the early fourteenth century*. Woodbridge: The Boydell Press, 2006.

ENGEL, Pál – *The Realm of St. Stephen*. Londres/Nova Iorque: I.B. Tauris, 2001.

HARWOOD, Sophie – *Medieval Women and War. Female Roles in the Old French Tradition*. Londres: Bloomsbury, 2020.

HICKS, Michael – *The Wars of the Roses*. New Haven/Londres: Yale University Press, 2012.

MARTINS, Diana – “De l'obéissance à la révolte? L'Action diplomatique d'Alphonse, prince héritier de Denis du Portugal (1291-1325)”. *Medievalista* 36 (2024), pp. 195-225.

RODRÍGUEZ CASILLAS, Carlos (ed.) – *Mujer y Guerra en la Edad Media. El liderazgo militar femenino en la Península Ibérica y el ámbito mediterráneo*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2023.

SALOMONI, David – *Leonesse. Le guerriere del Rinascimento*. Bari-Roma: Editori Laterza, 2024.

**COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:**

NISA, João – “JOBSON, Adrian, KERSEY, Harriet e MCKELVIE, Gordon (ed.) – *Rebellion in Medieval Europe c.1000-c.1500*. Woodbridge: The Boydell Press, 2025, 396 pp.”. *Medievalista* 39 (Janeiro – Junho 2026), pp. 199-209. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).